



CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL DE 2005 A 2024

Dayana Serra Marciel¹

Ronald Bruno da Silva Pereira²

INTRODUÇÃO

A água configura-se como um recurso natural de centralidade inquestionável, não apenas por sua função ecológica na manutenção dos sistemas vivos, mas também por seu papel preponderante na dinâmica socioeconômica de regiões cuja organização social e produtiva está profundamente atrelada aos recursos naturais e ao trabalho na terra. Em contextos rurais, setores como a agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo e a pecuária dependem diretamente da disponibilidade hídrica, não somente como garantia de subsistência, mas como eixo estruturante de relações sociais, culturais e econômicas que definem a identidade e a resiliência de coletivos camponeses.

Essas atividades, para além de sua dimensão material, constituem práticas que reproduzem modos de vida específicos, tecendo redes de solidariedade, saberes tradicionais e formas de organização territorial que resistem à homogeneização imposta por modelos hegemônicos de apropriação do espaço.

Corroborando essa compreensão, Fonseca (2011, p. 149) destaca a multidimensionalidade da água:

A água pode ser definida tanto sob o enfoque de substância inorgânica natural como na perspectiva de um recurso natural, essencial para a manutenção da vida. Cabe, ainda, a sua inclusão na categoria de recurso hídrico (valor econômico) e de recurso estratégico por causa de sua importância para a produção de alimentos, geração de energia, via de transporte, um elemento indispensável para o funcionamento dos sistemas humanos.

Essa polissemia da água reforça sua centralidade não apenas como bem natural, mas como elemento geopolítico, cuja gestão e acesso determinam assimetrias de poder e disputas territoriais. Na esteira da produção do espaço (Lefebvre, 1991), pode-se entender a água como uma das

¹ Pesquisadora do departamento de estudos Ambientais - DEA do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Mestranda em geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Pesquisador do departamento de estudos Ambientais - DEA do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Mestre em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGE) da Universidade Federal do Maranhão – (UFMA).



mediadoras dos processos de apropriação territorial, transcendendo sua condição de recurso para assumir um papel constitutivo na construção identitária e na organização espacial de grupos tradicionais em diversas regiões do Brasil.

No Maranhão, essa relação adquire contornos ainda mais evidentes, uma vez que comunidades rurais, como quebradeiras de coco babaçu, povos originários, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais, possuem sua reprodução social e material intrinsecamente vinculada aos regimes hídricos. Para as quebradeiras, por exemplo, a disponibilidade de água é condição *sine qua non* para a manutenção dos palmeirais de babaçu, base de sua economia e cultura. Essas relações com a água configuram-se como processos de territorialização, entendidos aqui como dinâmicas de apropriação material e simbólica do espaço, nas quais os recursos hídricos influenciam desde as práticas produtivas até os sistemas de crenças e a organização social.

A água, portanto, não é um mero insumo, mas um elemento indissociável da reprodução territorial desses grupos, moldando territorialidades específicas que, encontram-se constantemente ameaçadas por processos de modernização seletiva e contraditória. Essas ações ignoram as lógicas locais de uso dos recursos, impondo modelos exógenos que desestabilizam as bases materiais e culturais das comunidades tradicionais.

Neste cenário, surge o entendimento, da água como bem estratégico tanto para a reprodução da vida de grupos tradicionais quanto para a acumulação capitalista, o que coloca esse recurso no centro de uma disputa de interesses, configurando um cenário propício à emergência de conflitos agrários. Esse quadro é agravado pelas mudanças climáticas, que afeta diretamente a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos, reduzindo a oferta de água e acentuando desigualdades socioespaciais, pressionando comunidades rurais e ampliando as tensões em torno desse recurso vital.

Diante desse contexto, torna-se fundamental aprofundar o estudo das disputas em torno da água no Maranhão, uma vez que este recurso se constitui como um dos principais mediadores das desigualdades socioespaciais contemporâneas. As tensões relacionadas ao acesso, ao uso e ao controle da água expressam não apenas divergências pontuais entre grupos sociais, mas revelam processos mais amplos de formação territorial, nos quais modelos de desenvolvimento, interesses econômicos e projetos políticos se sobrepõem às necessidades históricas das populações tradicionais. Ao analisar tais dinâmicas, é possível compreender como a água se transforma em um eixo central das disputas no campo, articulando dimensões ambientais, econômicas e culturais que produzem diferentes formas de vulnerabilidade e resistência.



No caso maranhense, essa análise adquire relevância particular devido à complexidade histórica que marca a formação do território rural no estado. A sobreposição de grandes propriedades, territórios quilombolas, áreas de uso comum, fronteiras agrícolas em expansão e zonas de interesse minerário conformou um mosaico de ocupação no qual os recursos hídricos são continuamente pressionados. Compreender como esse arranjo se consolidou ao longo do tempo é essencial para interpretar o modo como surgem e se intensificam os conflitos atuais, já que eles não emergem de maneira espontânea, mas são resultado de processos históricos de concentração fundiária, desigualdades estruturais e modernizações seletivas que se impuseram sobre formas de vida diversas e, muitas vezes, invisibilizadas.

A crescente incidência de conflitos relacionados à água observada nas últimas décadas demonstra que a disputa por esse recurso deixou de ser um fenômeno disperso ou excepcional para se tornar um componente estruturante da realidade agrária maranhense. A expansão de empreendimentos que demandam grandes volumes de água, associada à degradação ambiental, ao avanço da fronteira agrícola e às mudanças climáticas, tem ampliado significativamente a pressão sobre rios, nascentes e áreas úmidas. Essa intensificação não apenas compromete a segurança hídrica de comunidades rurais, mas também redefine as dinâmicas territoriais, criando novos pontos de tensão e agravando conflitos já existentes.

Assim, estudar os conflitos pela água é compreender a própria disputa pelo território e pelo futuro das populações que dele dependem. O Maranhão, ao reunir um conjunto expressivo de grupos tradicionais, áreas ambientalmente sensíveis e projetos econômicos de grande escala, torna-se um campo privilegiado para analisar como a água se transforma em instrumento de poder, de resistência e de afirmação identitária. Investigar esse processo é fundamental não apenas para interpretar os cenários atuais, mas também para construir alternativas que considerem a diversidade de usos, saberes e necessidades presentes no território, contribuindo para a formulação de estratégias mais justas e sustentáveis de gestão da água.

METODOLOGIA

O presente estudo tem origem no levantamento de dados temáticos sobre o uso da água no estado do Maranhão, desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Estudos Ambientais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Tal iniciativa insere-se no esforço institucional de subsidiar pesquisas, diagnósticos e formulações de políticas públicas



voltadas à gestão dos recursos hídricos e à compreensão dos conflitos socioambientais que envolvem o uso da água no território maranhense.

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem integrada, combinando técnicas de análise qualitativa e quantitativa, com o intuito de oferecer uma visão abrangente da dinâmica dos conflitos pelo uso da água no estado. Inicialmente, foi realizada uma revisão teórica e bibliográfica, buscando consolidar os principais conceitos, abordagens e categorias analíticas relacionados ao tema tais como gestão territorial, justiça ambiental, apropriação dos recursos naturais e conflitos socioambientais. Essa etapa foi essencial para a construção de um referencial teórico consistente, capaz de contextualizar os processos de disputa pela água no Maranhão.

Em um segundo momento, os Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram utilizados como fonte primária de dados empíricos. Esses documentos constituem um acervo de grande relevância, pois registram de forma sistemática as ocorrências de conflitos no campo brasileiro, incluindo aqueles relacionados à água, ao território e aos direitos das populações rurais. A utilização dessa base permitiu acessar informações diretas sobre os grupos sociais afetados, comunidades rurais, povos tradicionais, agricultores familiares, entre outros bem como identificar os agentes envolvidos nos conflitos, suas causas, motivações e desdobramentos.

O processo de aquisição, sistematização e tabulação dos dados foi conduzido de maneira criteriosa, utilizando-se ferramentas de organização e verificação cruzada que asseguraram a precisão, a consistência e a confiabilidade das informações coletadas. Posteriormente, os dados foram espacializados por meio da construção de mapas temáticos, elaborados com o suporte de técnicas de geoprocessamento e sistemas de informação geográfica (SIG). Essa etapa permitiu visualizar e analisar a distribuição espacial dos conflitos pelo uso da água, identificando áreas de maior incidência e padrões territoriais recorrentes.

Por fim, procedeu-se à interpretação e análise crítica dos resultados, à luz do referencial teórico e das realidades socioeconômicas e ambientais do Maranhão. Foram elaborados textos analíticos que buscaram compreender os processos históricos, políticos e econômicos que estruturam as disputas pela água no estado, destacando as inter-relações entre o avanço do agronegócio, a vulnerabilidade dos grupos tradicionais e os desafios da gestão dos recursos hídricos.

A integração entre a análise espacial, o tratamento estatístico dos dados e a discussão teórica possibilitou uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno, evidenciando suas principais características, tendências e contradições. Assim, o estudo contribui não apenas para o



mapeamento dos conflitos, mas também para a reflexão sobre os caminhos possíveis para uma gestão democrática, sustentável e socialmente justa da água no Maranhão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A água constitui um dos elementos centrais para compreender a formação, a estruturação e as disputas que conformam os territórios, especialmente no campo brasileiro e, de maneira particular, no Maranhão. Desde os primeiros agrupamentos humanos, a presença e a regularidade da água orientaram a fixação das populações e estruturaram sistemas produtivos, formas de sociabilidade e vínculos de pertencimento. Como destaca Bermúdez (2010), o ciclo da água e sua distribuição espacial moldaram tanto a diversidade ecológica quanto a diversidade das formas de vida humana, marcando profundamente os modos pelos quais sociedades se organizaram e construíram seus territórios. Nesse sentido, a afirmação do autor de que “água e vida constituem uma unidade” não se restringe à dimensão biológica, mas remete ao modo como a água funda e sustenta modos de existência territorializados.

Essa leitura permite avançar na compreensão da água como elemento de conformação da categoria geográfica território. A água deixa de ser analisada apenas em sua materialidade físico-química e passa a ser interpretada como substância carregada de significações sociais, simbólicas, culturais e políticas. Esta outra forma de perceber a água apresenta instrumentos basilares para a estruturação de territórios de coletivos sociais do campo, já que estes espaços são transformados por esses grupos através do simbolismo, da cultura, da afetividade. Como apontado por Santos, 2005 estas relações e interligações, entre sentir e perceber o espaço, permite a estes coletivos construir territórios vividos, para além de uma ótica de acumulação do recurso.

Todavia para além de força de transformação das relações socioespaciais, a água também é objetivada como recurso. Neste quadro Fracalanza (2005) aponta que a transformação da água em mercadoria acompanha as mudanças estruturais promovidas pela modernidade capitalista, nas quais a natureza é ressignificada como recurso e não mais como parte inseparável da vida coletiva. Para a autora, esse processo altera o próprio estatuto social da água: de bem comum, ela passa a ser regulada por tarifas, privatizações e lógicas de mercado, produzindo desigualdades de acesso e exclusões socioespaciais. Assim, a autora sustenta que a desigualdade emerge como consequência direta dessa mercantilização, pois “a água, de elemento natural, passa a mercadoria”.

Entretanto, esse processo não se dissemina de maneira homogênea. No campo maranhense, onde convivem comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas, povos originários e outros



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

coletivos tradicionais, a água permanece integrada a regimes simbólicos e produtivos que escapam à racionalidade mercantil. Nessas comunidades, ela é concebida como bem comum, compartilhado, indispensável à reprodução da vida, às práticas socioculturais e às territorialidades ancestrais. Sustenta roçados, hortas, quintais produtivos, criação de animais e práticas religiosas e culturais, evidenciando a dimensão imaterial que lhe é atribuída. Assim, quando Bermúdez (2010) associa o direito à vida ao direito à água, refere-se também à preservação de modos de vida que dependem diretamente da manutenção das condições hídricas que sustentam seus territórios.

Essa abordagem dialoga com a literatura sobre patrimônio hidráulico. Em estudo sobre Guimarães (noroeste de Portugal), Costa (2014) argumenta que sistemas tradicionais de abastecimento como minas, fontes, cacimbas e aquedutos não são apenas infraestruturas técnicas, mas expressões culturais de longa duração, que combinam conhecimentos locais, práticas coletivas e formas de organizar o território. Embora analisando o contexto português, sua interpretação ecoa no Maranhão, onde poços comunitários, nascentes, igarapés e lagoas compõem o patrimônio material e imaterial das comunidades rurais, estruturando tanto a reprodução econômica quanto a identidade territorial.

No Maranhão, a conformação histórica do campo é marcada pela sobreposição de múltiplas territorialidades: grandes propriedades rurais, territórios quilombolas, comunidades tradicionais, empreendimentos agroexportadores, hidrelétricas, projetos de mineração e áreas de expansão do agronegócio. Cada uma mobiliza a água de maneira distinta, segundo lógicas que variam entre a acumulação e a reprodução da vida.

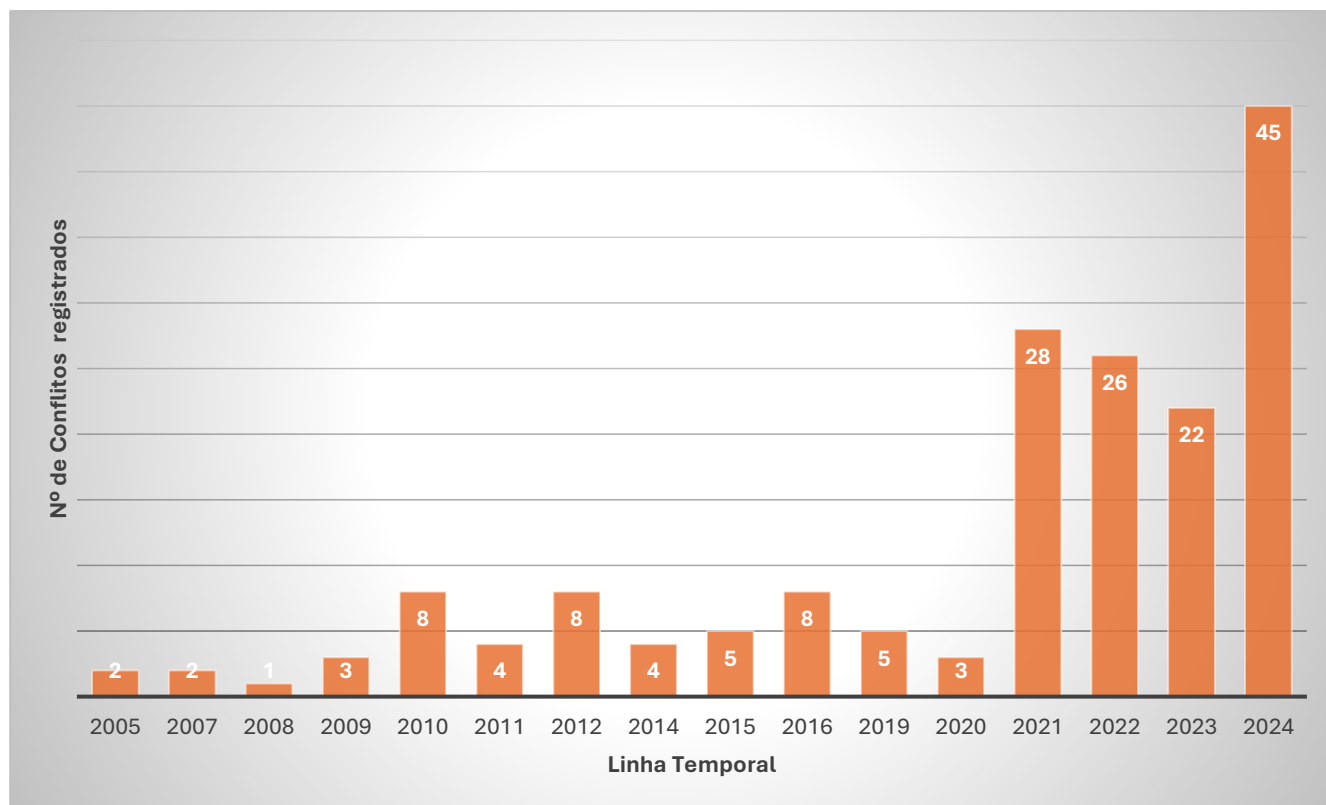
Nas últimas décadas, a expansão do agronegócio nas regiões Sul e Centro do estado intensificou a pressão sobre nascentes, rios e aquíferos, por meio do uso de maquinário para a irrigação, represamento de cursos d'água, escavação de poços profundos e captação intensiva para cultivos. Sob a ótica de Fracalanza (2005), tais práticas configuram reordenações territoriais orientadas pela lógica da acumulação; sob o olhar de Bermúdez (2010), elas tensionam o princípio de equidade que fundamenta o direito à água enquanto direito à vida, que acabam por gerar enfrentamentos e conflitos entre essas duas óticas de uso e percepção da água enquanto meio e recurso para vida, mas também econômico.

Os resultados empíricos do estudo sobre os conflitos pelo uso da água no Maranhão entre 2005 e 2024 corroboram de forma contundente esse arcabouço teórico. A análise da série histórica evidencia que a água, longe de ser um elemento neutro, tornou-se um dos principais vetores de tensionamento territorial no estado. Os primeiros anos da série (2005–2010) apresentam baixa



ocorrência anual, variando entre 1 e 3 episódios, possivelmente associados à baixa visibilidade ou menor sistematização dos registros. Contudo, após 2010, observa-se crescimento contínuo, com mais de 30 casos anuais em 2021 e ultrapassando 44 registros em 2024 — o maior valor da série. Como apresentado no Gráfico 01 fico a seguir:

Gráfico 01: Número de ocorrência de conflitos pelo uso da água do estado do Maranhão entre os anos de 2005 a 2024.



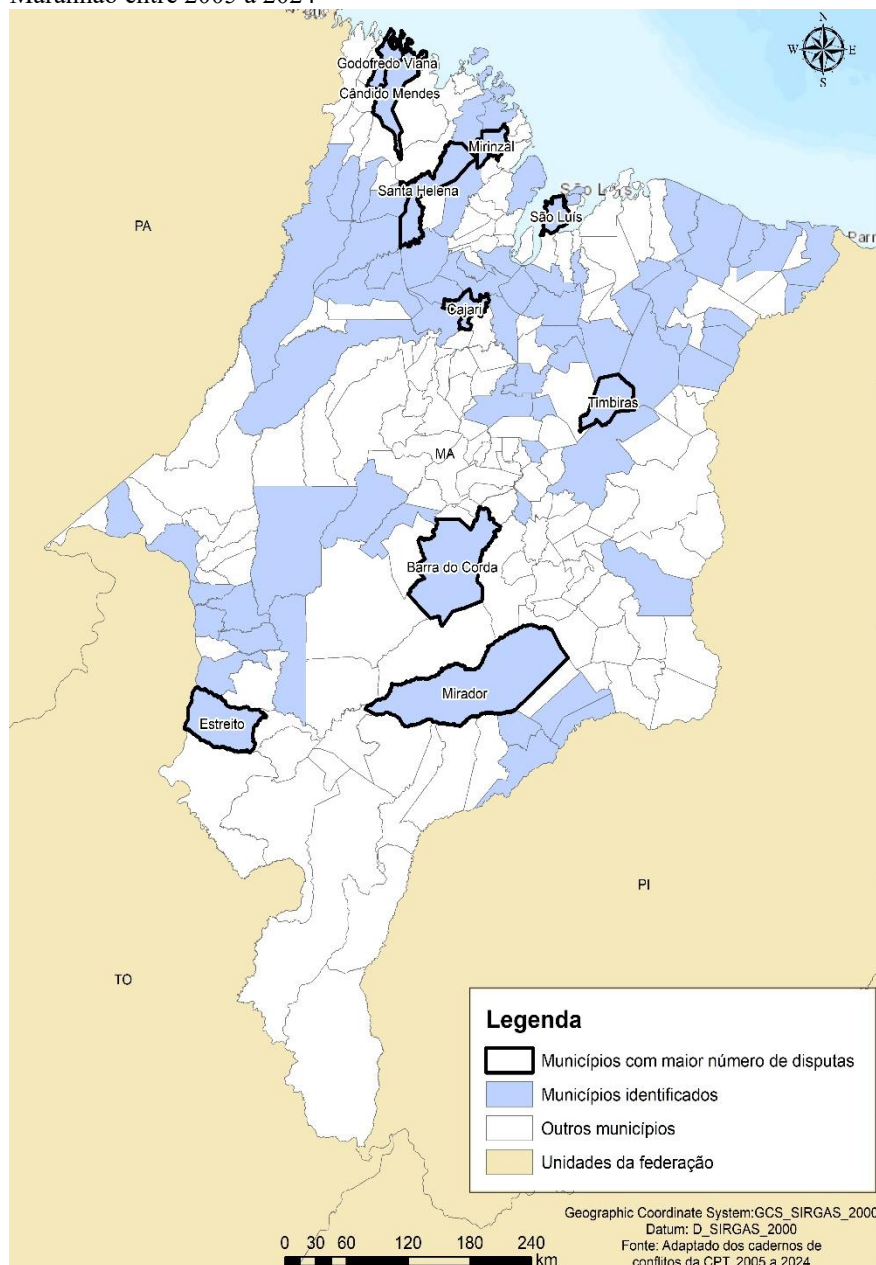
Fonte: Dados da Comissão Pastoral da Terra, 2005 a 2024.

Esse salto não se explica apenas por flutuações de registro. Ele expressa processos estruturais que reconfiguram o uso e o controle da água. Barlow (2015) lembra que 90% da água mundial é utilizada por setores industriais dependentes do recurso: mineração, agricultura industrial, petróleo e gás, papel, celulose e energia. Essa lógica global dialoga com as evidências maranhenses, onde parte das disputas registradas no estado estão associadas a atividades mineradoras, agropecuárias e de infraestrutura, que necessitam deste recurso para suas operações.



Ao observar a distribuição espacial dos conflitos (Figura 1), é possível notar o surgimento de municípios que demandam maior atenção. Godofredo Viana é um exemplo deste quadro, com registros de disputas ao longo da série, o que se relaciona, em parte, com a presença de atividades minerárias. A implementação de projetos de extração mineral pode aumentar a pressão sobre os

Figura 1: Municípios com registros de disputas pelo uso da água no estado do Maranhão entre 2005 a 2024



Fonte: Dados da Comissão Pastoral da Terra, 2005 a 2024 e IBGE, 2024

Outro município de destaque é Mirinzal, que apresenta disputas envolvendo povos e comunidades tradicionais, principalmente territórios quilombolas. A região onde este município se insere, é uma região de ecossistemas ricos em recursos hídricos, o município está localizado entre a

recursos hídricos, potencialmente levando a preocupações com a qualidade da água, possíveis alterações no regime hidrológico e considerações sobre o acesso para as comunidades vizinhas. Quadro que reforça a necessidade de pensar o desenvolvimento de atividades econômicas de forma mais sustentável e equitativa.

Os registros retirados da base de dados da comissão pastoral da terra, apontam a degradação ambiental como uma tônica destas disputas, o que reforça um padrão já identificado na literatura nacional: municípios mineradores tendem a apresentar as maiores taxas de conflitos envolvendo degradação da água, conforme observado por Peixoto, Soares e Ribeiro (2022), que analisam a expansão de empreendimentos extrativos em estados como Pará, Minas Gerais e Bahia.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

região da baixada maranhense e o litoral ocidental do estado conhecido pelas suas formações de reentrâncias. Esse conjunto de áreas possuem brejos, campos alagados, áreas de várzea, onde suas populações construíram relações ligadas as águas para as atividades cotidianas.

Os registros indicam que muitas das tensões observadas estão relacionadas a impactos e alterações em áreas úmidas. Tais intervenções, que podem incluir o manejo florestal, a gestão dos cursos de água ou o manejo de resíduos agropecuários, resultam em preocupações sobre a integridade ecológica desses ambientes. Nesse contexto, Mirinzal ilustra uma categoria de conflitos que pode ser entendida como 'conflitos ecológicos distributivos' (conforme Pinto, 2017), onde os efeitos das alterações ambientais tendem a ter maior incidência sobre populações com menor poder político e que possuem uma maior dependência de seus territórios.

No município de Mirador, observam-se dinâmicas que se relacionam à expansão das atividades agropecuárias na região Centro-Sul do Maranhão. A área em questão faz parte da fronteira agrícola do Matopiba, um contexto que apresenta o uso de tecnologias de irrigação e a conversão de áreas de Cerrado para a produção. As situações de tensão identificadas envolvem a gestão compartilhada da água entre comunidades tradicionais e empreendimento agropecuários de maior escala. Esse cenário se alinha ao padrão de análise descrito por Di Mauro (2014), que sugere que a agricultura irrigada e as cadeias agroexportadoras podem intensificar a demanda sobre mananciais e aquíferos, potencialmente gerando desafios relacionados à disponibilidade hídrica e à sua distribuição.

Na capital, São Luís, os conflitos registrados possuem dinâmica distinta, mas igualmente significativa. Apesar de ser um ambiente urbano, os registros apontam problemas relacionados à poluição de corpos d'água, drenagem deficiente e degradação de nascentes em áreas periféricas. Esses conflitos urbanos revelam um cenário de injustiça ambiental, onde populações de baixa renda sofrem com a precariedade dos serviços de abastecimento e saneamento, enquanto empreendimento urbanos exercem pressões crescentes sobre rios, lagos e lagoas, como destaca Ribeiro et al. (2019) ao discutir a territorialização do conflito urbano pela água em outros estados do Brasil.

Municípios como Timbiras, Barra do Corda, Cândido Mendes, Cajari, Santa Helena e Estreito também apresentam números elevados de conflitos, cada qual com especificidades territoriais. Em Timbiras e Barra do Corda, por exemplo, os registros sinalizam conflitos relacionados ao uso múltiplo da água para a alimentação animal, usos comunitários e captação para abastecimento indicando tensões entre pequenos agricultores, comunidades ribeirinhas e atividades produtivas de maior escala.



Já em Cândido Mendes e Santa Helena, há predominância de disputas com comunidades quilombolas associados à poluição de igarapés e açudes.

Vale destacar, ainda, municípios menores ou com menor densidade demográfica, como Raposa, Pirapemas e Itapecuru-Mirim, que, mesmo com menor número de registros absolutos, apresentam conflitos que refletem disputas intensas pelo controle de nascentes e pequenos cursos d'água. Nesses casos, o padrão observado se alinha à noção de “territorialidade hídrica” debatida por Pinto (2017), segundo a qual grupos sociais constroem práticas, usos e significados sobre a água que, quando ameaçados, desencadeiam processos de resistência e mobilização comunitária.

Esse padrão confirma análises de escala nacional, como as de Peixoto, Soares e Ribeiro (2022), que identificam que os conflitos hídricos no Brasil se concentram majoritariamente em áreas rurais e periurbanas onde modos de vida tradicionais dependem diretamente da integridade dos recursos hídricos. A sobreposição entre concentração de conflitos e presença de comunidades vulneráveis evidencia a persistência de uma lógica de injustiça hídrica no Maranhão, na qual a água embora abundante não é distribuída de forma equitativa devido à ação de empreendimentos de maior poder econômico e político.

A análise das tipologias de conflitos registradas entre 2005 e 2024 no Maranhão revela que o estado apresenta um quadro diversificado de disputas em torno da água, mas com predominância clara de conflitos classificados como “Uso e preservação”, que representam 97 dos 174 casos registrados. Essa predominância indica que grande parte das tensões envolve a tentativa das comunidades tradicionais, agricultores familiares e populações ribeirinhas de manter práticas históricas de manejo, proteção e uso comunitário da água em face do avanço de atividades econômicas que degradam, poluem ou restringem o acesso a mananciais.

Essa tipologia evidencia que os conflitos não dizem respeito apenas ao consumo, mas à defesa de sistemas socioculturais e ecossistêmicos profundamente enraizados no território. Como discutem Pinto (2017) e Peixoto, Soares e Ribeiro (2022), conflitos dessa natureza refletem a disputa entre diferentes racionalidades territoriais: de um lado, a racionalidade capitalista orientada pela apropriação intensiva dos recursos naturais e, de outro, a racionalidade comunitária que busca preservar as condições de vida e reprodução social.

A segunda tipologia mais expressiva refere-se a “Barragens e Açudes”, com 48 ocorrências, revelando a importância das infraestruturas hídricas artificiais na produção de conflitos. As barragens públicas, privadas ou clandestinas alteram a dinâmica natural dos cursos d'água, afetando a recarga de aquíferos, o fluxo de rios e o acesso a nascentes utilizadas por comunidades. Em muitos casos, tais



estruturas beneficiam atividades de grande porte, como irrigação empresarial, piscicultura intensiva ou mineração, ao mesmo tempo em que comprometem usos comunitários e ecossistêmicos. Essa tipologia reforça a tese de que a água tem se tornado instrumento de poder territorial, conforme apontam Ribeiro (2018), uma vez que barragens materializam na paisagem o controle físico e político sobre o recurso.

Já os conflitos classificados como “Apropriação Particular”, com 22 casos, expressam diretamente a privatização de mananciais, nascentes ou trechos de rios que historicamente eram de uso público ou comunitário. A apropriação privada da água seja por meio de cercamento, vigilância armada, limitação de acesso ou captação exclusiva evidencia o entendimento de escassez sócio-política (Di Mauro, 2014), isto é, uma escassez produzida, não natural, que resulta da ação de agentes econômicos.

Por fim, um último tópico que deve ser debatido neste texto, está relacionado as situações registradas nos conflitos pelo uso da água no Maranhão. As quais fornecem um panorama detalhado sobre como esses conflitos se manifestam na prática e revelam as múltiplas formas de violação do direito à água enfrentadas pelas populações rurais, tradicionais e periféricas. A situação mais recorrente é “Destruição e/ou poluição”, somando 77 dos 174 registros, o que representa quase metade de todos os casos. Como discutem Peixoto, Soares e Ribeiro (2022), disputas dessa natureza configuram injustiças ambientais que recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis, reforçando estruturas de poder territorial que beneficiam os setores econômicos mais fortes.

A segunda situação mais frequente é “Contaminação por agrotóxico”, com 29 registros, indicando que o avanço do agronegócio e de monoculturas em regiões como o Centro-Sul e o Leste maranhense tem produzido impactos severos na qualidade da água utilizada por comunidades vizinhas. A presença de agrotóxicos evidencia que a busca por produtividade intensiva resulta na externalização de danos ambientais que recaem sobre aqueles que possuem pouca ou nenhuma capacidade de defesa política.

Casos de “Não cumprimento de procedimentos legais” (18 registros) e “Ameaça de expropriação” (16 registros) evidenciam que parte dos conflitos se dá em torno de processos administrativos, licenças irregulares, ausência de consulta às comunidades e pressões para retirada de famílias de áreas próximas a mananciais. Essas situações reforçam o argumento de Pinto (2017) de que os conflitos hídricos são, antes de tudo, conflitos de poder e governança, nos quais atores hegemônicos buscam flexibilizar normas ou contornar regulações para expandir seu controle territorial.



Os registros de “Impedimento de acesso à água” (13 casos) e “Diminuição do acesso à água” (4 casos) representam diretamente a negação física do direito à água, seja por meio de cercamento, desvios de rios, captação exclusiva ou barramentos clandestinos. Situações menos frequentes, como “Desconstrução do histórico-cultural” (7 ocorrências), “Divergência” (2) e “Pesca predatória” (1), embora numericamente menores, revelam dimensões simbólicas e culturais da água que muitas vezes são invisibilizadas nos debates globais. A água, nesses casos, aparece não apenas como elemento físico, mas como fundamento de identidades, rituais, práticas coletivas e paisagens culturais que, ao serem destruídas ou apropriadas, resultam em conflitos igualmente significativos.

Como fechamento deste tópico, aponta-se que após a análise integrada entre o arcabouço teórico e a série histórica de conflitos pelo uso da água no Maranhão, demonstra que a água, longe de constituir apenas um recurso natural, revela-se como elemento estruturante das dinâmicas territoriais, das desigualdades e das disputas que atravessam o estado. As reflexões dos autores apresentados neste tópico, evidenciam que a água possui valores materiais, simbólicos, culturais e políticos que moldam tanto a organização dos territórios quanto os modos de vida que neles se sustentam. Entretanto, os resultados empíricos apontam que essas dimensões têm sido crescentemente tensionadas pela intensificação de usos vinculados ao agronegócio, à mineração, à expansão agropecuária e a outros empreendimentos que tratam a água sob a lógica da mercantilização e da acumulação.

O crescimento das disputas entre 2005 e 2024 revela que os processos de apropriação intensiva e degradação hídrica avançam sobre territórios onde vivem comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas e pequenos agricultores, cujas práticas socioprodutivas dependem da água como bem comum e fundamento da vida coletiva. Assim, o que se observa no Maranhão não é escassez física, mas escassez produzida socialmente, resultante da sobreposição de interesses econômicos, fragilidades institucionais e desigualdades históricas.

A cartografia dos conflitos mostra que os episódios registrados são expressões concretas de racionalidades em disputa: de um lado, a racionalidade empresarial, que apropria, controla e privatiza a água; de outro, a racionalidade comunitária, que a preserva, partilha e a integra à reprodução da vida e das territorialidades ancestrais. Essa oposição estrutura um cenário em que a água se torna eixo central das tensões territoriais contemporâneas, aproximando o Maranhão das tendências nacionais e internacionais, mas também evidenciando especificidades derivadas da sua formação histórica e sociocultural.

Desse modo, conclui-se que os conflitos hídricos no Maranhão são expressões de disputas por diferentes projetos de sociedade e diferentes formas de produzir, viver e territorializar o espaço.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Compreendê-los exige reconhecer a água como categoria geográfica, como bem comum e como elemento político cuja gestão impacta diretamente a justiça ambiental, a permanência das comunidades e o futuro dos territórios. A série histórica analisada demonstra, portanto, que a água vem se tornando um dos principais campos de tensão no estado, e que enfrentar esses conflitos implica repensar os modelos de desenvolvimento, fortalecer as políticas públicas e garantir que o direito à água permaneça inseparável do direito à vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos conflitos pelo uso da água no Maranhão entre 2005 e 2024 evidencia que a água, embora frequentemente tratada como recurso natural ou insumo produtivo, constitui-se, antes de tudo, como elemento estruturador das relações territoriais, das desigualdades e das disputas que caracterizam o campo maranhense. O próprio movimento observado na série histórica demonstra que os conflitos hídricos são expressão concreta da disputa entre racionalidades distintas, a racionalidade empresarial, baseada na apropriação intensiva e na mercantilização da água, e a racionalidade comunitária, sustentada pela partilha, pelo uso comum e pela centralidade da água na reprodução da vida e das territorialidades tradicionais.

Os resultados apresentados revelam um crescimento progressivo dos registros de conflito ao longo das últimas duas décadas, especialmente a partir de 2010, culminando no ápice de 45 ocorrências em 2024. Esse aumento não pode ser compreendido como mero acréscimo numérico, mas sim como manifestação de transformações estruturais no território. O avanço da mineração, da expansão agropecuária, da irrigação mecanizada e de empreendimentos que demandam grandes volumes de água reconfigura o uso do território, produzindo pressões crescentes sobre nascentes, igarapés, brejos e lagoas que historicamente sustentaram comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas e povos originários.

A espacialização dos conflitos confirma esse cenário ao destacar municípios como Godofredo Viana, Mirinzal, Mirador, Timbiras, Barra do Corda e São Luís como polos de atenção. Cada um deles expressa situações específicas de apropriação desigual da água, seja pela mineração que altera cursos d'água e contamina rios, seja pela degradação de áreas úmidas utilizadas por comunidades quilombolas, seja pela pressão agropecuária sobre aquíferos e fontes tradicionais. Essa convergência reforça que a disputa pela água não ocorre apenas pela quantidade disponível, mas sobretudo pela qualidade, pelo controle e pelo direito de acesso ao recurso.

Os dados reiteram, portanto, que a escassez observada no Maranhão não é, essencialmente, escassez física, mas escassez socialmente produzida. Ela deriva da incompatibilidade entre formas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

diferenciadas de apropriação do território: de um lado, atividades econômicas de grande escala cujo modelo de uso privilegia a acumulação; de outro, comunidades cuja relação com a água integra saberes, práticas e modos de vida historicamente construídos. A leitura comparativa com o cenário nacional confirma que as dinâmicas maranhenses não são isoladas, mas compõem um padrão mais amplo no qual a intensificação do agronegócio, da mineração e das infraestruturas energéticas atua como vetor de conflitos hídricos em diversas regiões do país.

Diante desse quadro, as evidências apresentadas mostram que a água opera como elemento geopolítico central na organização do território maranhense. Sua apropriação, controle e circulação determinam a permanência ou expulsão de grupos sociais, moldam relações de poder e aprofundam desigualdades. Ao mesmo tempo, a resistência das comunidades tradicionais, expressa na defesa de nascentes, na manutenção de práticas coletivas de manejo e na reivindicação da água como bem comum revela a existência de racionalidades alternativas, que reafirmam outras formas de produzir e viver no território.

Assim, as considerações finais deste trabalho apontam que compreender os conflitos pelo uso da água no Maranhão exige reconhecer que este recurso está no cerne de disputas socioterritoriais mais amplas. Os dados analisados mostram que os conflitos tendem a se intensificar onde a expansão de atividades econômicas ignora, desconsidera ou suprime os direitos das populações tradicionais. A água, nesse contexto, funciona como espelho das contradições que atravessam o campo maranhense: abundância aparente, mas acesso desigual; riqueza natural, mas vulnerabilidade social; potencial de vida, mas objeto de disputa.

Portanto, enfrentar a problemática hídrica no estado implica ir além das soluções técnicas e avançar no debate sobre justiça territorial, modelos de desenvolvimento e reconhecimento dos modos de vida tradicionais. A série histórica analisada demonstra que os conflitos pela água não são apenas episódios pontuais, mas revelam processos em curso que redefinem o território. Reconhecer esses processos é passo fundamental para que a água, elemento vital e estruturante seja garantida como direito e não apropriada como privilégio.

Palavras-chave: Disputas; Uso da água; Maranhão, CPT.



REFERÊNCIAS

BARLOW, Maude. Água futuro azul: Como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre. São Paulo: M.books, 2015

BERMÚDEZ, Oscar Buitrago. Água, território e gestão: caminhos a percorrer. Perspectiva geográfica, n.º 15, pp. 125-142, 2010.

_____. Água, território e gestão: caminhos a percorrer. Perspectiva geográfica, n.º 15, pp. 125-142, 2010.

_____. Água, território e gestão: caminhos a percorrer. Perspectiva geográfica, n.º 15, pp. 125-142, 2010.

COSTA, Francisco Da Silva. Mãe-d' água: Um contributo sobre o património hidráulico e abastecimento público de Guimarães (noroeste de Portugal). Agua y Territorio/Water and Landscape, n. 3, p. 77-88, 2014.

DI MAURO, Cláudio Antonio. Conflitos pelo uso da água. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 36, p. 81-105, 2014.

_____. Conflitos pelo uso da água. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 36, p. 81-105, 2014.

Fonseca, Ozorio J. M. Pensando a Amazônia. Manaus: Editor Valer, 2011

FRACALANZA, Ana Paula. Água: de elemento natural à mercadoria. Sociedade & Natureza, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

_____. Água: de elemento natural à mercadoria. Sociedade & Natureza, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

_____. Mudanças climáticas, conflitos pela água e desigualdades no seu acesso. 2024

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço (1991). In: O leitor de pessoas, lugares e espaço. Routledge, 2014. p. 289-293.

PEIXOTO, Filipe da Silva; SOARES, Jamilson Azevedo; RIBEIRO, Victor Sales. Conflitos pela água no Brasil. Sociedade & Natureza, v. 34, p. e59410, 2022.

_____. Conflitos pela água no Brasil. Sociedade & Natureza, v. 34, p. e59410, 2022.

_____. Conflitos pela água no Brasil. Sociedade & Natureza, v. 34, p. e59410, 2022.

PINTO, Elis. Geopolítica da água. Revista de Geopolítica, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2017.

_____. Geopolítica da água. Revista de Geopolítica, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2017.

_____. Geopolítica da água. Revista de Geopolítica, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2017.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

RIBEIRO, Joselaine et al. A abordagem de conflitos pelo uso da água na gestão de recursos hídricos– Reflexões a partir do contexto da Bacia do Alto Rio das Velhas/MG. *Caminhos Da Geografia*, v. 19, n. 68, p. 343-360, 2018.

_____. A abordagem de conflitos pelo uso da água na gestão de recursos hídricos–Reflexões a partir do contexto da Bacia do Alto Rio das Velhas/MG. *Caminhos Da Geografia*, v. 19, n. 68, p. 343-360, 2018.

Santos, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282